

35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências
Sociais (ANPOCS), 24 a 28 de outubro de 2011

GT 12: Estudos sobre os Estados Unidos

**A interferência norte-americana na distribuição da ajuda externa japonesa para a
América Latina**

Juliano Akira de Souza Aragusuku

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

(E-mail: julianoakira@gmail.com)

Caxambu

2011

A interferência norte-americana na distribuição da ajuda externa japonesa para a América Latina

Resumo

Os países latino-americanos recebem significativo volume de recursos do governo japonês na forma de ajuda externa. Na busca pela compreensão das variáveis que influenciam esse fluxo e sua distribuição, encontramos um fator determinante: a posição dos Estados Unidos. Nos estudos dedicados à assistência oficial para o desenvolvimento (ODA) japonesa, há o consenso de que os EUA representam o ator externo que com maior intensidade interfere em sua definição. Dessa forma, o objetivo deste trabalho consiste na verificação de como os norte-americanos influenciaram a distribuição da ODA japonesa na América Latina na primeira década do século XXI, assim como suas motivações. O procedimento consiste em analisar os fluxos e o perfil da assistência japonesa para a região identificando como ocorre essa interferência. Observadas as interferências, buscamos a compreensão da postura norte-americana.

Introdução

Os países latino-americanos recebem significativo volume de recursos do governo japonês na forma de ajuda externa. Na busca pela compreensão das variáveis que influenciam esse fluxo e sua distribuição, encontramos um fator determinante: a posição dos Estados Unidos da América. Nos estudos dedicados à assistência oficial para o desenvolvimento (ODA) japonesa, há o consenso de que os EUA representam o ator externo que com maior intensidade interfere na sua definição. Dessa forma o objetivo deste trabalho consiste na verificação de como os norte-americanos influenciaram a distribuição da ODA japonesa na América Latina na primeira década do século XXI, assim como suas motivações. O procedimento consiste em analisar os fluxos e o perfil da assistência japonesa para a região identificando como ocorre essa interferência. Observadas as interferências, buscamos a compreensão da postura norte-americana.

Com essa finalidade em vista, buscaremos em um primeiro momento discutir a ajuda externa nas relações internacionais, definindo o conceito utilizado e buscando o entendimento dos motivos que levam um Estado a oferecer recursos a outros Estados na forma de assistência. Na segunda parte, trabalharemos especificamente com a ajuda externa japonesa, buscando traçar suas principais características. Na terceira parte, analisaremos os fluxos de assistência japonesa para a América Latina, observando sua distribuição e identificando as motivações japonesas para alocação e distribuição da

ajuda na região. Na análise desses fluxos, identificamos uma variável decisiva: a influência norte-americana. Portanto, na sequência, o foco da discussão será a interferência dos Estados Unidos na distribuição da ajuda externa japonesa para a América Latina.

A ajuda externa nas relações internacionais

Duas questões são cruciais para a compreensão do tema proposto: o que é a ajuda externa nas relações internacionais e por qual motivo os países desenvolvidos fornecem ajuda para os países em desenvolvimento? Primeiramente, é importante colocar que a ajuda externa tal como a conhecemos hoje surgiu no período subsequente à Segunda Guerra Mundial. Alguns fatores dos anos 1940 e 1950 foram determinantes na definição da cooperação internacional para o desenvolvimento e conseqüentemente da ajuda externa. Destaque-se aqui: o processo de reconstrução e recuperação econômica da Europa e do Japão, e o deslocamento dos focos de tensão do “norte” desenvolvido para o “sul” em desenvolvimento oriundo do processo de descolonização seguido pelo surgimento de novos Estados, o que gerou preocupação com os processos de desenvolvimento desses países.

Quando colocamos o termo ajuda ou assistência externa, entenda-se por Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA). Tal conceito é definido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e consiste no fluxo de recursos de um país desenvolvido para um país em desenvolvimento, mas não qualquer fluxo de recursos. Três condições devem ser observadas: os recursos devem ser provenientes de órgãos oficiais, ou seja, do Estado; a sua finalidade deve ser a promoção do desenvolvimento econômico e do bem estar nos países em desenvolvimento; e deve apresentar um *grant element*¹ equivalente ou superior a 25%².

Dentro da própria OECD foi instituído o Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (DAC), que consiste num fórum permanente para que os principais fornecedores de ODA possam discutir as suas diretrizes e os rumos que devem ser

¹ O *grant element* consiste numa escala que varia entre 0% e 100%, através da qual é definido o grau de concessão de um fluxo de ODA. O grau de uma operação é definido de acordo com o grau de concessão naquilo que concerne à carência, período de amortização e juros. Quanto mais altas forem as concessões, maior o valor do *grant element*, sendo que 100% corresponde a uma doação. Quando uma operação tem o seu *grant element* inferior a 25%, não pode ser considerada ODA.

² Cf. OECD, 2008.

tomados. Na primeira década do século XXI, os cinco maiores fornecedores de assistência externa foram Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França e Japão, sendo todos membros do DAC (ver tabela 1).

Tabela 1 – Maiores fornecedores de ODA em 2008

País	ODA líquida (milhões de dólares)
Estados Unidos	26.842
Alemanha	13.981
Reino Unido	11.500
França	10.908
Japão	9.579

Fonte: JAPÃO, 2010.

Feitas essas considerações, resta agora discutir a segunda questão: por qual motivo um país oferece assistência para o desenvolvimento de outros países? A palavra ajuda nos remete à idéia de altruísmo e benevolência, o que pode nos levar a crer na hipótese de que os países desenvolvidos fornecem ajuda para os países em desenvolvimento por um altruísmo baseado em preceitos éticos e morais. Na análise do fenômeno da ajuda externa aparecem algumas interpretações que colocam a assistência como uma obrigação moral das populações dos países ricos para aliviar a carestia no mundo em desenvolvimento³, ou então como uma extensão do Estado de bem-estar social⁴. A primeira observação que podemos fazer é a de que os países fornecem a ajuda por opção, o que configura o ato como voluntário, mas descartamos aqui a possibilidade de que essa opção seja resultado de uma postura altruísta. Observamos também que o bem-estar social é um direito dos cidadãos que deve ser assegurado pelo Estado. No plano internacional, os Estados não são obrigados a fornecer ajuda para os outros Estados, o que caracteriza a ajuda externa como uma prática voluntária.

Dessa forma, por qual motivo então os Estados oferecem assistência a outros Estados? No campo teórico das relações internacionais, as distintas correntes de pensamento nos fornecem distintas interpretações acerca da ajuda externa, que se somam às perspectivas de que a ajuda ocorre por altruísmo ou obrigação moral. No realismo de Morgenthau, a ajuda externa consiste numa espécie de suborno⁵. De acordo com a

³ PETERSON, 2007.

⁴ THÉRIEN, 2002.

⁵ MORGENTHAU, 1962.

perspectiva do autor, a assistência é na realidade uma ferramenta política através da qual se busca influenciar o comportamento político dos países receptores. A ODA seria então, ao lado da diplomacia, das forças armadas e da propaganda, uma importante arma que compõe o arsenal político de uma nação no plano internacional. Essa linha de raciocínio proporciona grande capacidade conceitual para a explicação do fenômeno da ajuda externa durante o período da Guerra Fria, quando as duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, utilizavam a assistência com claras finalidades políticas em suas esferas de influência.

Já os autores que trabalham com a perspectiva da teoria do sistema mundo interpretam a ajuda externa como oriunda da estrutura do capitalismo mundial. Funcionaria como uma ferramenta para a expansão das instituições que regem a circulação do capital, reforçar a acumulação desigual e constranger o desenvolvimento dos países receptores⁶. Aos países receptores restaria uma posição de subordinação no sistema mundo. Dessa forma, a assistência seria um fator operacional básico por trás da expansão do capitalismo, limitando os países receptores a uma posição de dependência nas relações internacionais. Para a compreensão dessa idéia faz-se necessária a compreensão do conceito de sistema mundo:

Um sistema-mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantêm unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo em seu proveito. (WALLERSTEIN, 1990: 337)

O sistema-mundo atual consiste numa economia-mundo capitalista, e a divisão desse sistema “supõe uma hierarquia de tarefas na qual as tarefas que exigem maiores níveis de qualificação e uma maior capitalização estão reservadas às áreas mais bem posicionadas” (WALLERSTEIN, 1990: 339). Nessa lógica, a economia-mundo capitalista acaba por recompensar essencialmente o capital acumulado. Portanto, a distribuição geográfica das qualificações ocupacionais acaba por contribuir para a manutenção de uma tendência de desigualdade. As forças do mercado, em vez de minar, reforçam essa tendência. E dentro dessa perspectiva, é justamente a desigualdade que sustenta a existência da economia-mundo capitalista.

⁶ HATTORI, 2001.

Assim, se a lógica do funcionamento da economia-mundo capitalista está na manutenção da desigualdade entre os Estados, qual o papel da ajuda externa dentro desse sistema? Os principais fornecedores de assistência são os países centrais, países ricos membros do DAC da OECD, dentre os quais se destacam Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e França. O fluxo é direcionado aos países em desenvolvimento da periferia, mas se o fator que mantém a economia-mundo capitalista é a disparidade observada entre os níveis de desenvolvimento dos Estados e na distribuição desigual dos ganhos, por qual motivo os países centrais os assistiriam? Qual a lógica da ajuda externa?

Com esses apontamentos, deduz-se que o papel da ajuda externa de acordo com a teoria do sistema mundo deve ser o de limitar o desenvolvimento dos países receptores promovendo a manutenção do *status quo* e a desigualdade na acumulação de capital. Tal afirmação consiste num paradoxo, pois a assistência que possui como um de seus focos o desenvolvimento dos países receptores, na realidade possuiria como finalidade um objetivo antitético, mantendo a situação de dependência dos países em desenvolvimento.

Outra interpretação para o fenômeno da ajuda externa pode ser articulada com base nas idéias de Wendt (1999), de acordo com as quais a atividade dos Estados pode ser entendida de forma similar à atividade dos indivíduos, isto é, como “socialmente construída”. Não baseada na subjetividade nem na objetividade, mas nas suas relações sociais com os outros Estados. Nessa alternativa teórica o Estado é ontologicamente “real”, não sendo a soma total das ações dos indivíduos nem o produto de uma lógica estrutural.

Quando um Estado fornece a ajuda externa, espera-se que com isso ele possua algum tipo de motivação. Por diversas vezes essa motivação aparece de forma clara e saliente, demonstrando finalidades comerciais, econômicas ou políticas. Em outras ocasiões as motivações não aparecem com clareza semelhante. Utilizando o raciocínio desenvolvido por Hattori (2001), com base teórica nas idéias de Wendt (1987), podemos observar que mesmo nesses casos a ajuda externa apresenta uma finalidade, uma motivação.

Na lógica dessa perspectiva, podemos observar a ajuda externa como uma ferramenta utilizada com a finalidade de exercer uma dominação simbólica. No âmbito de uma dicotomia inerente às relações internacionais, a ajuda externa aparece como um meio para atenuar as discrepâncias minimizando o conflito. Com a clareza da realidade contextualizada pela desigualdade material e hierárquica entre aquele que oferece a ajuda

e aquele que recebe, o ato de ajudar aparece como um eufemismo para a afirmação da condição hierárquica, da relação de dominação.

Outra perspectiva que abarca a idéia da ajuda externa pode ser encontrada nos estudos de segurança internacional. Não na perspectiva tradicional da segurança, fortemente ligada à idéia de defesa e segurança militar, mas nos novos paradigmas que delinearam a idéia de segurança humana, já enraizada nas diretrizes da política externa japonesa. Diferentemente dos estudos tradicionais de segurança, o conceito de segurança humana não está relacionado à segurança do Estado, mas à segurança do ser humano enquanto indivíduo. E as ameaças consideradas são aquelas que afligem as condições de uma vida digna.

A segurança humana abrange diversas modalidades de ameaças, sendo que algumas delas estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento. Ameaças como a pobreza, a fome, a questão da saúde e da educação são fatores de desenvolvimento. O “*Human Development Report*” de 1994, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), ressalta essa conexão, mas atenta para o fato de que a segurança humana não deve ser confundida com o desenvolvimento humano. Os autores do relatório colocam que o desenvolvimento humano está relacionado ao processo de expansão das possibilidades de escolhas dos indivíduos. O “*Human Development Report*” de 1990 define o conceito de desenvolvimento humano da seguinte forma:

Human development is a process of enlarging people’s choices. The most critical ones are to lead a long and healthy life, to be educated and to enjoy a decent standard of living. Additional choices include political freedom, guaranteed human rights and self-respect. (UNDP, 1990: 10)

A segurança humana, por outro lado, implica no fator que possibilita aos indivíduos o exercício de suas escolhas de forma segura e livre. Implica também num fator que torna as pessoas relativamente seguras de que as oportunidades que existem hoje não estarão totalmente perdidas amanhã⁷.

Portanto, segurança humana e desenvolvimento humano são coisas diferentes, mas estão estritamente relacionadas. E essa relação é evidente:

⁷ UNDP, 1994.

There is, of course, a link between human security and human development: progress in one area enhances the chances of progress in the other. But failure in one area also heightens the risk of failure in the other, and history is replete with examples. (UNDP, 1994: 23)

O que podemos observar aqui é que a ajuda externa se apresenta como um instrumento de grande importância para a manutenção da segurança humana. Cabe observar que segurança humana consiste em um conceito recente, mas já no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial podemos observar idéias de correlação entre segurança e desenvolvimento. O baixo nível de desenvolvimento dos Estados menos favorecidos, decorrente dos processos de descolonização e emancipação do pós Segunda Guerra Mundial, passaram a ser foco de grande preocupação dos países desenvolvidos⁸. Essa preocupação criou condições para o desenvolvimento da cooperação internacional com vistas ao desenvolvimento. O atraso estrutural da América Latina e o deslocamento dos focos de tensão do centro desenvolvido para a periferia vieram a fortalecer o viés desenvolvimentista da cooperação internacional⁹. Importante salientar aqui que, no âmbito da Guerra Fria, o contexto da luta entre os dois pólos de poder pela manutenção de suas esferas de influência moldara a lógica da cooperação internacional durante a segunda metade do século XX. E como já foi colocado, com o final da Guerra Fria o conceito de segurança passa a ser repensado, o que gerou o ambiente propício para a articulação da segurança humana e sua relação com o desenvolvimento.

O “*Human Development Report*” de 1994 coloca que as novas demandas da segurança humana geram a necessidade de um novo modelo de cooperação internacional, uma renovação das relações entre norte e sul¹⁰. Nesse ponto o relatório reitera a importância do papel da ajuda externa para a cooperação internacional para o desenvolvimento. Baru (1998) coloca que as iniciativas para a diminuição da desigualdade no interior das nações devem ser empenhadas no esforço para a diminuição da desigualdade entre as nações. Porém, relembra as manifestações de Mahbub ul Haq de que as economias industriais falharam no compromisso assumido frente à Organização das Nações Unidas de destinar 0,7% de seu PIB para a ajuda externa. A média entre os principais fornecedores de ODA é de 0,3%.

⁸ KÖNZ, 1994; SOARES, 1994.

⁹ AMORIM, 1994.

¹⁰ UNDP, 1994.

Um fator muito importante a salientar é que, independente da forma na qual ocorre a assistência, o fundamental é que a cooperação não deve apenas auxiliar no desenvolvimento dos países, mas também criar capacidades nesses países para que esses possam implementar o seu desenvolvimento de forma autônoma, o que ocorre principalmente através da transferência de conhecimentos técnicos¹¹.

As ameaças à segurança humana podem ser combatidas, mas podem também ser prevenidas. E é nessa lógica que inserimos a cooperação internacional para o desenvolvimento. O fornecimento de ODA por parte dos países desenvolvidos apresenta a potencialidade de propiciar aos países em desenvolvimento a prevenção frente às ameaças. A ajuda externa é uma ferramenta que pode ser utilizada para a prevenção de ameaças que afligem o ser humano.

Porém, a ambigüidade oriunda da grande abrangência da segurança humana limitou o avanço do conceito no plano acadêmico em razão da escassez de artifícios necessários para trabalhá-lo analiticamente. Por outro lado, favoreceu uma intensa utilização do conceito pelos promotores da segurança humana no campo prático, que formam uma coalizão que reúne os mais diversos interesses¹². Essa união de interesses altamente diversificados só é possível em razão da tal ambigüidade. Como coloca Paris: “These actors have in effect pursued a political strategy of ‘appropriating’ the term ‘security’, which conveys urgency, demands public attention, and commands governmental resources” (2001: 95).

Pureza (2009) acrescenta que essa ambigüidade e a exagerada abrangência do conceito de segurança humana:

[...] facilitou o seu uso como instrumento de conquista de um capital de especialização no jogo diplomático internacional – vejam-se os casos do Canadá, do Japão, da Áustria ou da Noruega – sem que isso, em algum momento, tenha significado a modificação dos *business-as-usual* de suas opções políticas fundamentais. (PUREZA, 2009: 33)

Pureza vai além:

[...] a exigência transformadora da segurança humana foi, em grande medida, cooptada pela agenda dos poderes hegemônicos, vindo a integrar, como componente de *soft power*, a paleta de tecnologias de

¹¹ LOPES, 2005.

¹² PARIS, 2001.

controle social segundo uma lógica de inspiração liberal protagonizada na periferia do sistema mundo por articulações heteróclitas entre os Estados, empresas e organizações não-governamentais. (PUREZA, 2009: 33)

Observamos com isso que é difícil a assistência não apresentar uma ligação, por mais sutil possível, com interesses específicos dos Estados. Fornecida em prol do desenvolvimento e da prevenção de ameaças legitimadas pelo guarda-chuva da segurança humana, a ação acaba apresentando características que possuem maior compatibilidade com as perspectivas tradicionais da disciplina das relações internacionais, e por consequência com os tradicionais estudos de segurança. Pois, de certa forma, retornamos ao Estado como objeto de referência. Trata-se de uma ação do Estado que possui no Estado os seus fins. Os esforços da ajuda externa podem ser pelas potências econômicas direcionados aos seus interesses particulares.

Não é aqui a intenção negar o valor ético e moral da ajuda externa. Porém, não podemos fundamentar a interpretação da oferta de assistência externa reduzindo as motivações dos países fornecedores a razões éticas e morais. Isso não explica o motivo da oferta, pois não atenta para o fato de que existe uma correlação entre ajuda externa e política externa. Ou seja, a oferta da ajuda externa está alinhada aos interesses e estratégias de política externa. As questões que devem ser colocadas são: como a ajuda externa pode contribuir para a consecução dos objetivos de política externa, quais tipos de resultados ela pode proporcionar, qual a motivação concreta por trás da oferta.

A ajuda externa japonesa

O Japão é um ator de grande importância no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento. Com o seu notável processo de desenvolvimento econômico observado no período posterior à Segunda Guerra Mundial veio a tornar-se um dos principais fornecedores de ajuda para o desenvolvimento. Apesar da grande distância que separa o Japão da América Latina, a assistência japonesa chega à nossa região. Dando continuidade à seção anterior, outra questão coloca-se como crucial: por qual motivo o Japão fornece ajuda externa? Quais são as suas motivações?

Nas décadas de 1960 e 1970, quando a escalada japonesa rumo ao desenvolvimento econômico e tecnológico ainda estava em seu início, a ajuda externa

começava a tomar a sua forma. Nessa empreitada, a ajuda mostrou-se como uma ferramenta de grande utilidade, apresentando motivações claramente econômicas e comerciais para a sua oferta. No período, o Japão estava em pleno processo de desenvolvimento econômico e industrial pós Segunda Guerra Mundial, apresentando taxas de crescimento substanciais. Para a manutenção desse crescimento, a diversificação das relações comerciais se fez necessária como meio de elevar a autonomia do Japão no comércio internacional. Como o comércio com os países asiáticos já apresentava saturação, novos horizontes foram buscados nos países em desenvolvimento. No contexto da expansão comercial, a cooperação econômica oferecida pelo Japão deveria ser implementada em seu próprio favor¹³. Grande proporção da ajuda oferecida era vinculada (*tied aid*), o que comprometia os receptores, pois a ajuda era condicionada ao consumo de equipamentos e serviços de origem japonesa.

Dessa forma, eram claros os interesses japoneses, que reduzindo a termos breves, estavam incutidos no fornecimento da assistência externa com a finalidade de promover as exportações e a atuação internacional de empresas japonesas, paralelamente garantindo as fontes de matéria-prima necessárias à indústria doméstica. Essa lógica é compatível com a idéia da economia-mundo capitalista discutida anteriormente. Porém, essas características mudaram no decorrer do tempo, e a ajuda externa japonesa adquiriu gradativamente maior importância política, com a função de um instrumento diplomático.

Para observar essa questão, cabe observar como o conceito de segurança humana é inserido no contexto da política externa japonesa, já que o governo do Japão é visto como um dos mais entusiastas promotores da segurança humana¹⁴. No final da década de 1980 e início da década de 1990 especulava-se sobre os rumos que tomariam as relações internacionais. O colapso da União Soviética implicava em mudanças, e apontava-se para um papel de grande importância a ser assumido pelo Japão. Após um longo período de crescimento econômico que remontava aos anos da reconstrução posterior à Segunda Guerra Mundial, o Japão apresentava-se ao mundo como a segunda maior economia e maior credor do globo, impressionando com seu notável avanço tecnológico. Aventou-se

¹³ BROCHIER, 1972.

¹⁴ AKIYAMA, 2004; HSIEN-LI, 2009.

no período até mesmo a possibilidade de um novo conflito entre Japão e Estados Unidos, uma nova Guerra do Pacífico em razão de interesses conflitantes¹⁵.

Nesse período, a academia apontava duas posturas distintas que poderiam vir a ser adotadas pelo Japão: a postura de um “Estado normal” ou de uma “potência civil afirmativa” (Estado pacífico). A postura de um “Estado normal” consiste na busca por uma posição de liderança, viabilizando um papel de maior importância na manutenção da segurança internacional. Essa linha de atuação sofre rígidos constrangimentos, pois desde o final da Segunda Guerra Mundial o Japão possui restrições naquilo que concerne ao seu exercício militar. Com a sua capitulação em 1945 foram impostas limitações ao orçamento e às manobras militares, restringindo a capacidade de defesa japonesa que veio a ser assegurada pelos Estados Unidos no âmbito da Guerra Fria. O marco legal dessa restrição é o Artigo IX da Constituição japonesa¹⁶. Em razão desses fatores, a busca por uma posição de liderança no plano internacional deveria ser acompanhada por uma flexibilização dessas restrições, daí o emprego do termo “Estado normal”.

A postura de uma “potência civil afirmativa”, por outro lado, é compatível aos traços pacifistas da Constituição japonesa. Consiste numa atuação internacional pacifista calcada numa política externa de cooperação entre as nações e de cunho economicista, característica marcante da atuação internacional japonesa ao longo de toda a segunda metade do século XX. Os anos se passaram e o Japão não assumiu o importante papel especulado na virada dos anos 1980 para os anos 1990. Uehara (2003) aponta como uma das causas para isso o foco economicista, pois com interesses econômicos e comerciais o país evitava tomar posições firmes no plano internacional. Evitando gerar atritos que eventualmente poderiam mitigar oportunidades econômicas, o Japão evitou confrontos diretos no plano internacional.

Na primeira década do século XXI a postura japonesa continuou da mesma forma que se encontrava na década de 1990, ao não assumir o papel especulado no final dos anos 1980. A situação foi agravada pela estagnação econômica dos anos 1990. Ou seja, as posturas desenhadas permaneceram latentes no debate político japonês sem a escolha definitiva por uma das duas. Alguns advogam pela remilitarização, outros pelo pacifismo. Movimentos nas duas direções podem ser observados no plano doméstico japonês. De um lado, temos a flexibilização dos constrangimentos aos recursos

¹⁵ FRIEDMAN; LEBARD, 1993.

¹⁶ JAPÃO, 1946.

militares¹⁷. De outro lado, a atuação na cooperação internacional para o desenvolvimento. É nessa lógica que podemos observar o papel da segurança humana na política externa japonesa.

A promoção da segurança humana no plano internacional é utilizada pelo Japão e instrumentalizada de acordo com a lógica de uma postura pacifista, calcada numa política externa de cooperação entre as nações. Nesse âmbito, a ODA é uma ferramenta de grande importância, enfatizando o conceito de desenvolvimento humano.

Substantively, Japan has interpreted human security largely in terms of its longstanding development-oriented ODA projects in education, healthcare, water, and sanitation; building socio-economic infrastructure, fostering private sector growth and employment through trade and investment; and tackling environmental degradation and transnational crime. (HSIEN-LI, 2009: 163-164)

Nessa lógica, qual a finalidade da promoção da segurança humana? Qual a finalidade da oferta de ajuda externa? Preceitos éticos e morais? De acordo com Peterson (2004), se estiver ao alcance de um determinado Estado fornecer assistência a outros Estados com a finalidade de prevenir a ocorrência de um mau que pode ser evitado, não há porque não fazê-lo, e tal ação se coloca como uma obrigação moral. Essa idéia é plenamente compatível com o conceito de segurança humana, pois a ajuda aparece como um meio para o combate das ameaças compreendidas pelo conceito.

Porém, não trabalhamos aqui com a hipótese de que o Japão promove a segurança humana e fornece ajuda externa em razão de uma postura altruísta. Existem motivações e interesses que sustentam essa linha de atuação na sua política externa. Porém, essas motivações e interesses não são claros, o que proporciona a sensação de benevolência e altruísmo. Em suma, não existe realmente um interesse específico. “With the promotion of human security in its foreign policy, the Japanese government did not intend to realize any specific (or concrete) national interests in bilateral or multilateral diplomacy vis-à-vis other states” (AKIYAMA, 2004:257).

Qual seria então a sua finalidade? Os resultados visados pelos Japoneses não são específicos ou concretos como colocou o autor citado acima. A idéia consiste sobremaneira em prover o Japão de importância política no plano internacional. Como colocamos, a atuação internacional japonesa pelas vias tradicionais (forças militares) é

¹⁷ Como, por exemplo, a revogação do limite orçamentário de defesa a 1% do PIB japonês.

limitada, o que acaba por restringir a importância política japonesa nas relações internacionais. Através da promoção da segurança humana e da oferta de ajuda externa os japoneses buscam suprir lacunas nas suas contribuições para a segurança internacional oriundas da carência de ferramentas tradicionais de segurança, ou seja, militares. A ajuda externa contribui também para alavancar a reputação do Japão no plano internacional, e assim o seu poderio econômico é instrumentalizado com uma finalidade política. Dessa forma, a ajuda fornecida nos termos da segurança humana possui uma finalidade simbólica, proporcionando maior peso político ao Japão.

O conceito japonês de segurança humana está contextualizado naquilo que já foi debatido anteriormente. Apresentado no *Diplomatic Bluebook*¹⁸ de 2003 como um eixo central da política externa japonesa, o conceito foi colocado como tendo uma perspectiva centralizada no ser humano, no indivíduo¹⁹. E dentro da promoção da segurança humana, o foco japonês está em proporcionar ao indivíduo uma vida digna, criando as condições necessárias para que possa desenvolver plenamente suas capacidades. A consequência dessas ações seria então o desenvolvimento econômico.

A assistência japonesa para a América Latina

As características da ajuda externa japonesa para a América Latina apresentaram mudanças ao longo do tempo, acompanhando as mudanças nas diretrizes da política japonesa de ajuda apresentadas anteriormente. É importante atentar para o fato de que as características da ajuda externa japonesa para a América Latina não correspondem às suas características em sua totalidade. Os fluxos de assistência para a Ásia e para a África apresentam características muito distintas se comparados aos fluxos destinados à América Latina²⁰. O Paraguai e o Brasil foram alguns dos primeiros países a receber assistência externa japonesa na forma de empréstimo, respectivamente em 1959 e 1961.

Até 1973 o Brasil foi o quinto maior receptor de empréstimos do governo japonês, sendo o maior fora do continente asiático. Durante esse período inicial, como já foi mencionado, o comércio japonês com os países asiáticos apresentava saturação, portanto, fazia-se necessária uma busca por novos parceiros comerciais, e os países em

¹⁸ Relatório anual da diplomacia japonesa publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MOFA).

¹⁹ JAPÃO, 2003.

²⁰ TUMAN; EMMERT; STERKEN, 2001.

desenvolvimento, dentre eles alguns latino-americanos, formavam um mercado atrativo. Porém, esses países não apresentavam recursos suficientes para propiciar um comércio vantajoso ao Japão²¹. A assistência externa na forma de empréstimos apareceu como solução, gerando condições para que esses países comercializassem com o Japão. Foi nessa lógica que teve início a assistência japonesa para a América Latina.

A ODA japonesa bilateral ocorre através de três modalidades: financiamento (empréstimo), cooperação técnica e financiamento a fundo perdido (doação). Nesse primeiro momento, a assistência destinada para os países da América Latina era realizada na forma de empréstimos, principalmente por meio do “financiamento dos investimentos diretos executados pelas empresas japonesas, nas décadas de 60 e 70, quando houve o *boom* de investimentos japoneses no Brasil.” (JBIC, 2006: 16). Nesse período ocorre a entrada de muitas empresas japonesas na América Latina. Paralelamente, a assistência japonesa possuía como foco os projetos de exploração de recursos naturais. O primeiro empréstimo para o Brasil, em 1961, foi destinado ao projeto da Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas).

Observando o caso do Brasil, podemos notar que grandes projetos financiados pelo Japão geraram impactos econômicos. Podemos aqui destacar, além do projeto de produção de aço da Usiminas, o projeto de exploração de minério de ferro de Carajás no Pará, o projeto de produção de papel e celulose da Cenibra em Minas Gerais, o projeto de produção de alumínio no Pará e o projeto de irrigação na região do cerrado (PRODECER), que possibilitou a transformação do Brasil em um dos maiores exportadores de soja do mundo. Muitos dos financiamentos para esses projetos foram alocados na idéia japonesa de cooperação econômica mas não foram configurados como ODA, pois o *grant element* foi inferior à 25%.

Ainda durante a década de 1970 ocorre uma mudança na política de assistência externa japonesa para a América Latina como resultado da modificação nas motivações gerais da assistência japonesa em razão do fortalecimento do viés político e estratégico, como foi mencionado anteriormente. A consequência foi o redirecionamento dos fluxos de assistência para os países mais desfavorecidos. Mas apesar da redução dos fluxos, Uehara (2008) aponta que o Japão continua a figurar como um dos principais fornecedores de assistência externa para o Brasil. Em 1970 foi assinado um Acordo

²¹ BROCHIER, 1972.

Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão, regulamentando a cooperação técnica entre ambos (BRASIL, 1971). A partir daí, intensifica-se a quantidade de projetos de cooperação técnica no Brasil. Na América Latina, foi o país que mais recebeu assistência na forma de cooperação técnica.

Essa mudança nas diretrizes da ajuda externa japonesa apresenta plena compatibilidade com o enraizamento do conceito de segurança humana. Os interesses econômicos e comerciais persistem, mas concedem espaço para novas responsabilidades do Japão como potência econômica mundial. Assim a ODA japonesa passa a enfatizar outros objetivos como a redução da pobreza, proporcionando atendimento às necessidades humanas básicas. Como consequência na América Latina, o fluxo é desviado para os países mais desfavorecidos, sendo esse o perfil da ajuda externa japonesa que perdura na América Latina no início do século XXI. Podemos destacar como maiores receptores de assistência japonesa na América Latina a Bolívia, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Paraguai e República Dominicana (OECD, 2008).

No Brasil, a ODA japonesa continua apresentando valores notáveis, mas passa a ter como foco geográfico as regiões norte e nordeste em razão do seu baixo nível de desenvolvimento. A assistência japonesa possui como prioridades no Brasil a conservação do meio ambiente e a redução das desigualdades, fomentando projetos de irrigação, fornecimento de água, saneamento, saúde, agricultura, indústria, etc. Assim como o Brasil, Argentina, Chile e México passam a apresentar certo nível de desenvolvimento, o que os enquadra na categoria das nações de média renda. Com isso, torna-se visível a diminuição da quantidade de projetos financiados por meio da ODA japonesa nesses países. Isso ocorre porque, na distribuição da ajuda externa, o Japão utiliza um critério delineado por uma classificação que diferencia os países receptores de acordo com os seus níveis de desenvolvimento econômico.

Esses países considerados como portadores de renda média, que eram o foco da ajuda externa japonesa no período em que prevaleciam os interesses comerciais e econômicos, continuam recebendo assistência. Porém, não com a mesma intensidade. O Japão passa a considerar tais países como parceiros, incentivando a cooperação sul-sul. Isso ocorre, por exemplo, por meio do Programa de Treinamento para Terceiros Países da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

No caso do Brasil, através do programa de Programa de Treinamento para Terceiros Países são oferecidos cursos de treinamento para técnicos de países que

possuam características sociais e culturais semelhantes às brasileiras, dentre eles outros países latino-americanos, países africanos de língua portuguesa e Timor Leste. Como exemplo dessa nova modalidade de cooperação, podemos citar a parceria firmada entre os governos do Brasil e do Japão por meio da JICA no ano de 2009. O objetivo da parceria é a realização de um projeto para transformação das savanas de Moçambique em terras aráveis, contribuindo para a segurança alimentar do país²².

Vistas tais características, quais seriam as motivações e os fatores que definem os traços da ODA japonesa para a América Latina? “The Japanese government’s motivation to provide aid to Latin America stems from its desire to pursue political and economic benefits (active pursuit) and from its reaction to external and internal demands (reactive pursuit)” (KATADA, 1997: 932). No início do século XXI, os traços políticos e a segurança humana marcam com maior força as motivações para a ajuda japonesa na região. No entanto, fatores econômicos ainda se fazem presentes.

[...] Japanese aid projects have been motivated both by humanitarian concerns and national economic interests. While human rights and democracy were relatively unimportant, Japan did target economic assistance to countries with lower per capita income. The chief humanitarian concern of Japanese ODA policy, then, was poverty reduction. At the same time, Japanese aid was associated with larger populations and high levels of indebtedness in recipient countries. To a certain degree, the ODA was used to promote Japan's national economic interests. (TUMAN; EMMERT; STERKEN, 2001: 98)

Por meio da ODA, o Japão busca seus interesses frente a suas relações bilaterais com os países receptores, tanto econômicos como políticos. Os econômicos não diferem daquilo que já foi apresentado anteriormente, quando eram esses que definiam a política japonesa de ajuda externa. Porém, os interesses econômicos cederam espaço para outra natureza de interesses. Assim, a questão da segurança humana e a utilização da ODA como uma ferramenta política redefiniu as características da ODA para a região. O nível de desenvolvimento dos países receptores passou a ser uma questão central no processo de distribuição da ajuda na região. Os países com menor nível de desenvolvimento passaram a receber os maiores montantes da ajuda. No ano de 2008, Nicarágua,

²² HONGO, 2009.

Honduras e Bolívia estiveram entre os trinta países que receberam os maiores montantes de doações no âmbito global da ODA japonesa²³.

A presença de imigrantes e descendentes de japoneses em alguns países da região é observada também como um fator diferencial que parece ter influenciado os fluxos de ajuda externa japonesa para a região²⁴. O Brasil é o país com a maior população de japoneses e descendentes residentes fora do Japão, e no ano de 2008 esteve entre os vinte países que receberam maior montante da ajuda japonesa na forma de cooperação técnica²⁵. Apesar de corroborada pelos números, ainda não se tem um estudo científico para embasar tal hipótese.

Mais dois fatores políticos influenciam a ajuda japonesa para a região: o plano multilateral e o relacionamento bilateral com os Estados Unidos. No âmbito multilateral, a ajuda pode ser utilizada como uma ferramenta para a sustentação de posições na Organização das Nações Unidas. Isso decorre do fato de que o Japão pode conseguir votos favoráveis no continente latino-americano²⁶. O segundo fator é oriundo da interpretação japonesa de que a América Latina pertence à esfera de influência dos Estados Unidos, aliados incondicionais desde o final da Segunda Guerra Mundial. Existem, dessa forma conversações entre os dois países para a coordenação política e econômica da ajuda na região²⁷.

A interferência norte-americana

Os japoneses chamam as pressões externas de *gaiatsu*, e esses vetores externos influenciam de forma significativa a definição da ajuda japonesa. Podemos identificar dois tipos de fontes de pressões. Um deles é constituído, obviamente, pela própria demanda dos países receptores, que podem não ser compatíveis com as intenções japonesas. O outro tipo é mais vigoroso ao interferir na formulação da política japonesa de ajuda externa: a pressão dos outros fornecedores de ODA, dos outros membros do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (DAC) da OCDE. Esses países criticam constantemente a qualidade da ajuda japonesa, caracterizando-a como um instrumento

²³ JAPÃO, 2010.

²⁴ KATADA, 1997.

²⁵ JAPÃO, 2010.

²⁶ KATADA, 1997.

²⁷ KATADA, 1997; TUMAN; EMMERT; STERKEN, 2001.

através do qual o Japão promove seus interesses econômicos. O Ministério dos Negócios Exteriores (MOFA) é o ator do jogo político japonês mais suscetível às pressões internacionais, e utiliza essas pressões para fortalecer seus movimentos na busca pelo aperfeiçoamento da qualidade da ODA japonesa no plano doméstico.

Um país, em especial, interfere na definição da ajuda externa japonesa: os Estados Unidos. Muitos trabalhos foram desenvolvidos na busca pela compreensão de como ocorre essa interferência. Seus autores lançaram seus olhares através de ângulos diferentes, o que nos proporciona um rico material para compreender essa relação. Temos trabalhos que demonstram o sucesso norte-americano ao buscar influenciar a ODA japonesa, aproveitando-se da pluralidade de atores envolvidos no processo decisório da ajuda externa e de seus respectivos conflitos de interesses (ORR, 1988; ORR, 1989; ORR, 1990). Essas constatações são válidas em especial para a ODA distribuída fora do continente asiático. Outros, olhando especificamente para a América Latina, apontam para a percepção japonesa de que essa região consiste em uma área de influência norte-americana. Isso faz com que a posição dos Estados Unidos seja um fator fundamental na distribuição da ODA japonesa para a América Latina, especialmente na América Central e Caribe (KATADA, 1994; KATADA, 1997; TUMAN et al., 2001; KATADA 2008).

In Latin America the shadow of the United States looms large over Japanese aid to the Caribbean and Central America. That Japan would embark on an active aid program in Jamaica, El Salvador, Honduras, or Costa Rica (or curtail aid to Cuba and Nicaragua) without U.S. urging is difficult to believe. (YASUTOMO, 1986: 122)

Miyashita (1999; 2001), por sua vez lançou o seu foco sobre casos específicos onde os interesses japoneses e norte-americanos eram claramente opostos: a ajuda para a China no período que seguiu o incidente de Tiananmen (1989) e a ajuda para a Rússia após o colapso da União Soviética. Em relação ao primeiro caso, os interesses econômicos e o desejo diplomático de manter relações amigáveis com a China eram motivos suficientes para a manutenção da ajuda japonesa para o país apesar do Massacre da Praça da Paz Celestial. Porém, a pressão norte-americana pela aplicação de sanções determinou a suspensão da ajuda japonesa para a China, contrariando seus interesses. Já no segundo caso, o Japão não tinha interesse em fornecer assistência para as reformas econômicas russas durante a década de 1990. O motivo era o litígio territorial entre os

dois países sobre o controle das ilhas localizadas ao norte do Japão. Porém, o interesse norte-americano em promover as reformas econômicas russas forçou o fluxo de assistência japonesa para esse país. “In the absence of gaiatsu, Japan would have behaved differently” (MIYASHITA, 2001: 58).

Com essas constatações, dois pontos nos chamam atenção: a interpretação japonesa de que a América Latina faz parte da esfera de influência dos Estados Unidos; e o fato de que a pressão norte-americana induz a ajuda externa japonesa mesmo quando o fluxo contraria os interesses japoneses. A partir dessas observações podemos entender que os Estados Unidos representam um fator determinante na distribuição da ODA japonesa para a América Latina. Existem conversações entre os dois países para a coordenação política e econômica da ajuda na região. A primeira reunião de consulta entre a USAID e o *Economic Cooperation Bureau* do Ministério dos Negócios Estrangeiros japonês em 1978, em Shimoda no Japão. Através da ajuda para a América Latina, os japoneses buscam – além de atender aos seus próprios interesses políticos e econômicos – apoiar a manutenção do poder norte-americano no âmbito hemisférico e aprimorar o relacionamento bilateral com os Estados Unidos satisfazendo seus interesses na região.

Considerações finais

O Japão, com dificuldades econômicas no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, passou a ser um importante aliado para os Estados Unidos após o triunfo da revolução comunista na China. Se logo após a guerra o objetivo norte-americano era fazer do vencido Japão um país desmilitarizado e fraco através de reformas políticas e econômicas, após 1949 a conjuntura muda completamente. Os Estados Unidos passaram a prestar auxílio econômico com a finalidade de revitalizar a economia japonesa. O objetivo passava a ser fazer do Japão um país forte.

Porém, medidas para a desmilitarização do Japão foram implementadas antes dessa mudança, simbolizadas pelo Artigo 9 da constituição japonesa que impede a utilização de recursos militares em questões internacionais. A partir de 1949, e com maior intensidade depois da eclosão da Guerra da Coreia em 1950, os Estados Unidos passaram a pressionar o Japão a flexibilizar essas restrições, de forma a assumir mais responsabilidades na manutenção da segurança regional. Os japoneses, no entanto,

optaram por canalizar seus esforços no processo de desenvolvimento econômico e tecnológico, uma vez que os norte-americanos haviam assumido a responsabilidade por sua defesa e segurança.

A ajuda externa emergiu como uma importante ferramenta para a atuação internacional do Japão, compatível com as suas restrições. A distribuição e manipulação da assistência econômica foram utilizadas como meio de ocupar o vácuo produzido pela ausência de instrumentos militares nas relações internacionais do Japão. A ideia foi bem recebida pelos norte-americanos, que, por sua vez, buscavam na ajuda externa japonesa apoio para a sua própria atuação internacional. Isso fica claro nos casos da assistência para a China em 1989 após o incidente da Praça da Paz Celestial e para as reformas econômicas russas durante a década de 1990, citados anteriormente. Mas é na América Latina que observamos com maior clareza a interferência norte-americana na assistência japonesa. Isso decorre da interpretação japonesa de que o continente latino-americano é uma área de influência direta dos Estados Unidos, um importante aliado.

Referências bibliográficas

AKIYAMA, Nobumasa. Human security at the crossroad: human security in the Japanese foreign policy context. In: SHINODA, Hideaki; JEONG, How-Won. **Conflict and human security: a search for new approaches of peace-building**. Hiroshima: IPHSU Research Report Series, 2004. p. 252-270.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. Perspectivas da cooperação internacional. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 149-163.

BARU, Sanjaya. Mahbub ul Haq and human development: a tribute. **Economic & Political Weekly**, Mumbai, v. 33, n. 35, p. 2275-2279, 1998.

BRASIL. **Acordo básico de cooperação técnica entre o Brasil e o Japão**. 1971. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/8602.html>>. Acesso em: 08 out. 08.

BROCHIER, Hubert. **O milagre econômico japonês**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

FRIEDMAN, George; LEBARD, Meredith. **EUA X Japão: Guerra a vista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HATTORI, Tomohisa. Reconceptualizing foreign aid. **Review of International Political Economy**. v. 8, n. 4, p. 633-660, winter, 2001.

HONGO, Jun. Japan, Brazil sow seeds of hope in Mozambique. In: **Japan Times**, 22 ago. 2009. Disponível em: <<http://search.japantimes.co.jp/mail/nn20090822f2.html>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

HSIEN-LI, Tan. Not just global rhetoric: Japan's substantive actualization of its human security foreign policy. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 10, n. 1, p. 159-187, august, 2009.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs (MOFA). **Diplomatic Bluebook 2003**. 2003. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2003/index.html>>. Acesso em: 13 mai. 2010.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs (MOFA). **Japan's Official Development Assistance White Paper 2009**. Tokyo: MOFA, 2010. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2009/html/index.html>>. Acesso em: 26 abr. 2010.

JAPÃO. **The Constitution of Japan**. Tokyo: National Diet Library, 1946.

JBIC (JAPAN BANK FOR INTERNATIONAL COOPERATION). **JBIC no Brasil**. Tokyo, 2006.

KATADA, Saori N. Japan's role in Latin America's debt management, 1982-1991. In: SATO, Yochiro; HIRATA, Keiko (Orgs.). **Norms, interests, and power in Japanese foreign policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 151-172.

KATADA, Saori N. **The Japan-United States-Latin America triangle: the political economy of Japanese financial flows to Latin America**. Ann Harbor: UMI, 1994.

KATADA, Saori, N. Two Aid Hegemons: Japanese-US Interaction and Aid Allocation to Latin America and the Caribbean. **World Development**, v. 25, n. 6, p. 931-945, 1997.

KÖNZ, Peter. Financiamento oficial da cooperação técnica internacional. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 165-218.

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

MIYASHITA, Akitoshi. Consensus or compliance? Gaiatsu, interests, and Japan's foreign aid. In: MIYASHITA, Akitoshi; SATO, Yoichiro (Orgs.). **Japanese foreign policy in Asia and the Pacific: domestic interests, American pressure, and regional integration**. New York: Palgrave Macmillan, 2001. p. 37-61.

MIYASHITA, Akitoshi. Japan's foreign aid: rethinking the reactive-proactive debate. **International Studies Quarterly**, Blackwell Publishing, v. 43, n. 4, p. 695-731, Dec., 1999.

MORGENTHAU, Hans. A political theory of foreign aid. **The American Political Science Review**. v. 56, n. 2, p. 301-309, jun. 1962.

OECD (Organization for Economic Co-operation and Development). **Is it ODA?** Factsheet, November, 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/21/21/34086975.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

OECD (ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT). **Net ODA from DAC countries from 1950 to 2007**. 2008. Disponível em: <http://www.oecd.org/document/11/0,3343,en_2649_34485_1894347_1_1_1_1,00.html>. Acesso em: 09 out. 08.

ORR, Robert M. Collaboration or conflict? Foreign aid and U.S.-Japan relations. **Pacific Affairs**, University of British Columbia, v. 62, n. 4, p. 476-489, winter, 1989.

ORR, Robert M. The aid factor in U.S.-Japan relations. **Asian Survey**, University of California Press, v. 28, n. 7, p. 740-756, Jul., 1988.

ORR, Robert M. **The emergence of Japan's foreign aid power**. New York: Columbia University Press, 1990.

PARIS, Roland. Human security: paradigm shift or hot air? **International Security**, Cambridge, v. 26, n. 2, autumn, p. 87-102, 2001.

PETERSON, Martin. Foreign aid and the moral value of freedom. **Ethical theory and moral practice**. v. 7, n. 3, p. 293-307, jun. 2004.

PUREZA, José Manuel. Segurança humana: vinho novo em odres velhos? In: NASSER, Reginaldo Mattar (Org.). **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SOARES, Guido F. S. A cooperação técnica internacional. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 219-272.

THÉRIEN, Jean-Philippe. Debating foreign aid: right versus left. **Third World Quarterly**, v. 23, n. 3, p. 449-446, jun. 2002.

TUMAN, John P.; EMMERT, Craig F.; STERKEN, Robert E. Explaining Japanese Aid Policy in Latin America: a test of competing theories. **Political Research Quarterly**, v. 4, n. 1, p. 87-101, march 2001.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. A ajuda externa do Japão nos 100 anos de relacionamento. **Carta Internacional**. São Paulo, v. 3 n. 2, p. 7-12, jun. 2008.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou?** São Paulo: Annablume/Fundação Japão, 2003.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). **Human Development Report**. New York: Oxford University Press, 1990.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). **Human Development Report**. New York: Oxford University Press, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. v. 1. Porto: Afrontamento, 1990.

WENDT, Alexander E. **Social theory of international politics**. New York: Cambridge University Press, 1999.

WENDT, Alexander E. The agent-structure problem in international relation theory. **International Organization**. v. 41, n. 3, p. 335-370, summer, 1987.

YASUTOMO, Dennis T. **The manner of giving: strategic aid and Japanese foreign policy**. Lexington: Lexington Books, 1986.